



O conturbado processo da implementação da TDT em Portugal ¹

Pedro Santoro ZAMBON²
Wagner Benito ALVES³
Juliano Maurício de CARVALHO⁴
Viviane Lindsay CARDOSO⁵
Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

Resumo

A introdução da televisão digital terrestre (TDT) em Portugal caracteriza um dos cenários mais complicados na relação da transição tecnológica. Atrasado em relação à União Europeia - cuja resolução define 2012 como a data limite para o *switch-off* do sinal analógico - Portugal passa por um dos processos mais hesitantes e tortuosos dentre os países que já iniciaram as transmissões digitais. Diante desses desafios, faz-se um levantamento bibliográfico sobre televisão digital em Portugal, de modo a identificar os rumos da pesquisa acadêmica daquele país e, através dela, demonstrar esses diversos problemas e quais são as propostas da academia para superá-los. Desse modo, buscou-se a compreensão sobre o cenário e as diversas políticas públicas adotadas em um modelo que apresentou falhas em um momento atualmente crucial para o sucesso da tecnologia.

Palavras-chave: Comunicação, Televisão Digital, Políticas Públicas, Economia Política da Comunicação, Portugal.

¹ Trabalho apresentado no DT 5 – Comunicação Multimídia do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Autor. Estudante de Graduação 7º semestre em Comunicação Social – Jornalismo (Unesp – Bauru). Membro do Grupo de Pesquisa Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/Unesp), email: pezamba@gmail.com

³ Co-Autor. de Graduação 3º semestre em Comunicação Social – Jornalismo (Unesp – Bauru). Membro do Grupo de Pesquisa Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/Unesp), email: wakkalves@gmail.com

⁴ Orientador: Orientador: Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento (mestrado profissional) [licenciado], docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática (mestrado acadêmico) e do Curso de Jornalismo, líder do Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/Unesp), email: Juliano@faac.unesp.br

⁵ Co-orientadora: Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (Puc-Campinas), Especialista em Docência no Ensino Superior (Unifeob), mestranda em Comunicação pela Unesp na linha de pesquisa – Gestão e Política da Informação e da Comunicação Midiática. Bolsista Fapesp. Membro do Grupo de Pesquisa Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/Unesp), email: vivianelc@hotmail.com



Introdução

A introdução da televisão digital terrestre (TDT) em Portugal caracteriza um dos cenários mais complicados que encontra-se na relação da transição tecnológica. Atrasado em relação a União Europeia - cuja resolução define 2012 como a data limite para o *switch-off* do sinal analógico - Portugal passa por um dos processos mais hesitantes e tortuosos dentre os países que já iniciaram as transmissões digitais. Reflexo disso, a produção acadêmica portuguesa se direciona para essas adversidades na busca pela compreensão sobre o cenário e os diversas políticas públicas adotadas em um modelo que apresentou falhas em um momento atualmente crucial para o sucesso da tecnologia.

The introduction of the digital terrestrial television (DTT) in Portugal has developed slowly and hesitantly for over a decade. Technological uncertainties and the absence of a clear business model contributed for a sluggish development of the process. Portugal is today one of the European countries with fewer DTT channels. However, and differently from other EU states, the Portuguese authorities have played a double role in the process: as a legislator/regulator and as a protector of the biggest telecommunications operator in the country, Portugal Telecom (PT). (DENICOLI; SOUSA, 2012)

Os estudos mostram uma profunda sensibilização da academia por reverter esse processo de atraso, evidenciando diversos levantamentos da qual destacam-se projetos como o *Adopt-DTV* da *Universidade Lusófona* e os relatórios realizados pela *OberCom*, além de pesquisadores como Francisco Rui Cádima da *Universidade Nova de Lisboa*, Helena Sousa, Felisbela Lopes e Sérgio Denicoli, da *Universidade do Minho*, além de Manuel José Damásio e Célia Quico da *Universidade Lusófona*. Os processos decisórios do governo português vem recebendo muitas crítica nessas bibliografias, demonstram que apesar desses estudos acompanharem o processo de implementação da TDT desde os momentos iniciais, eles foram pouco considerados – principalmente pelo fato da gestão estratégica do governo não ter se alterado mesmo depois dos inúmeros alertas.

O resultado do nosso processo é o vazio: quase ninguém, nem mesmo as universidades, participa no debate. Há a convicção de que não vale a pena porque tudo (ou quase) já foi decidido. No Reino Unido, uma consulta pública recente obteve cerca de 1,500 contributos. Em Portugal, se houver 15 já é bom, ou seja, um por cento da participação britânica. Utilizando as populações respectivas como universos para comparação, deveríamos ter, para estarmos ao nível, 250 contributos. A falta de debate também se reflecte nos conceitos utilizados na nossa



legislação sobre os media e telecomunicações. Muitos estão ultrapassados, são imprecisos, por vezes contraditórios, as definições são canhestras. É um modo displicente que resulta em legislação sem qualidade e por vezes dúbia. (TORRES, Diário Econômico, 27/04/2007)⁶

Diante dessas características, é possível delinear o percurso pelo qual a TDT portuguesa passou até o apagão digital que é realizado no início de 2012, mesmo período em que é realizado esta pesquisa. É constatada uma história cuja origem provém de um histórico de monopólio televisivo do canal estatal RTP; passa pelo fracasso de uma primeira tentativa de plataforma de TV digital, a PTDP, baseada em um modelo de TDT paga e que nem chega a ser desenvolvida; e finalmente esbarra nas dificuldades encontradas na segunda tentativa de implementação, que sofreu entraves pela penosa administração regulatória da maior operadora de telecomunicações do país, a Portugal Telecom, e sob um mercado dominado por alta penetração da TV a cabo, reservando a televisão analógica aberta apenas para a parcela mais pobre da população. Tais fatos serão elucidados nas páginas posteriores, caracterizando, assim, os resultados do levantamento bibliográfico realizado na primeira etapa dessa pesquisa.

Las dudas en la forma de gestionar comercialmente esta nueva tecnologia se han puesto de manifiesto en Portugal, una sociedad con una estructura Del sistema televisivo peculiar, en El que el servicio por cable cuenta con un elevado índice de penetración en los hogares y donde la rentabilidad de una plataforma de televisión digital terrestre que compitiera con el cable y con El satélite era más que complicada.(SABÉS, 2006)

Acervo Ibero-Americano de TV Digital

Para a realização do levantamento bibliográfico que guiou esta pesquisa foi utilizado o Acervo Ibero-Americano de TV Digital. O Acervo é uma base de dados bibliográfica virtual de produções científicas a respeito de televisão digital, que tem como intenção criar uma ferramenta para aqueles que buscam informações sobre o tema. Nele, está reunida e categorizada parte da produção científica sobre televisão digital no espaço ibero-americano, cujo levantamento vem sendo realizada pelo Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) por meio de alunos de pós-graduação e bolsistas de iniciação científica.

⁶ **Manifesto digital cívico.** Nuno Cintra Torres, 27/04/2007. disponível em:
<http://economico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/opinion/columnistas/pt/desarrollo/968653.html#>



Esse arquivamento começou no ano de 2008, com a pesquisa “Televisão Digital: uma perspectiva histórica”. A biblioteca disposta já foi alimentada principalmente por seis bolsistas de iniciação científica nesses 4 anos de existência da base de dados (Flaviana de Freitas Oliveira, Patrícia Benetti Ikeda Gabriela Estefano Reis Cleto, Juliano Ferreira de Sousa, Raphael Rodrigues do Nascimento, Pedro Santoro Zambon e Wagner Benito Alves). No acervo estão catalogados periódicos nacionais e internacionais, artigos apresentados em eventos científicos, livros, teses, relatórios e dissertações. Algumas das dispostas bibliografias receberam resumos e resenhas especialmente desenvolvidas para facilitar a vida do usuário. Os países até então compreendidos pelo acervo são: Brasil, México, Argentina, Chile, Peru, Costa Rica, Uruguai, Espanha, Colômbia e Cuba. No momento a biblioteca está sendo alimentada com os países: Portugal, Andorra, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Porto Rico e República Dominicana, Bolívia, Venezuela, Paraguai e Equador. O período compreendido pelas obras vai de 1998 à 2011.

A Televisão em Portugal: do monopólio da RTP e entrada das emissoras comerciais à reformulação do setor de telecomunicações

Antes de qualquer análise sobre o processo de implementação da TDT em Portugal, é de crucial utilidade compreender o contexto da televisão portuguesa e de que maneira a nova tecnologia se insere nesse mercado. E o primeiro fato a se compreender é a falta de pluralidade histórica de um mercado que de 1957 a 1992 só possuía um único canal televisivo: a Rádio e Televisão Portuguesa (RTP). Ela surgiu no final da década de cinquenta com o status de sociedade anônima, cujo um teço do capital social pertencia ao Estado. Após a Revolução de 1974, no entanto, a emissora foi nacionalizada e transformada em empresa pública. (DENICOLI; SOUSA, 2008)

Tal situação monopolista da mídia televisiva começou a desaparecer a medida que a política neoliberal começava figurar no processo político europeu na década de 80, refletindo nas políticas das telecomunicações baseadas em uma separação entre Estado e iniciativa privada. É nesse contexto que na década de 90 surgem dois canais generalistas privados na TV portuguesa: o SIC e a TVI. A primeira pertence ao grupo Impresa, holding criada em 1991 que possui investimentos em imprensa (jornais e revistas), rádio, Internet e turismo. Já a TVI faz parte do Grupo Media Capital, presente



em vários segmentos de mídia e cuja participação na televisão começou quando comprou a TVI da Igreja Católica em 1999, reformulando a emissora até transformá-la no canal de maior audiência do país – tornando-se também o maior ativo do grupo.

Essa entrada desses novos atores no mercado televisivo português é uma consequência de um profundo processo de transformações começava a acontecer no país na década de 90. O segundo governo do social democrata Cavaco Silva (1991-1995) promoveu uma reorganização do setor que se caracterizava por três operadores: os Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT), Telefones de Lisboa e Porto (TLP) e Marconi. (SOUSA; SILVA, 2003). Sob tal reformulação das telecomunicações no país, a fusão entre as quatro empresas de telecomunicações foi aprovada em 1993. Na época argumentava-se que era impensável mais do que uma empresa prestadora de serviços básicos de telecomunicações seria impensável para um país de apenas dez milhões de habitantes. Após a concentração de várias empresas de telecomunicações em uma só, a Portugal Telecom (PT) o governo Social Democrata começou seu processo de privatização.

A este propósito, o ministro da tutela Ferreira do Amaral afirmou que - queiramos ou não - o sector das telecomunicações ficará exclusivamente nas mãos de privados porque as empresas públicas não têm agilidade nem vocação para enfrentar o mercado. Numa comunicação apresentada no Congresso da APDC, em Novembro de 1994, Ferreira do Amaral explicou que as privatizações estavam a acontecer em todo o mundo e que ele não conhecia nenhum país que estivesse a pensar em nacionalizar mas que, pelo contrário, quase todos estavam a pensar em privatizar as suas telecomunicações. Apesar destas afirmações, os responsáveis pelo sector nunca sentiram necessidade de fundamentar as vantagens da privatização, uma vez que estas eram entendidas como óbvias e naturais. Também nunca lhes pareceu necessário explicar as razões pelas quais os operadores públicos - cujos responsáveis máximos foram nomeados pelos sociais democratas durante uma década - não tinham capacidade de resposta no novo contexto.(SOUSA; SILVA, 2003).

O processo de privatização se iniciou em 1995, intensificando-se em 1997 com a decisão da Comissão europeia de liberalizar os mercados de comunicações até janeiro de 2000. Nesse período a empresa expandiu-se para o campo multimédia, com investimentos na TV à cabo na criação da PT Multimédia em 1999.



A primeira tentativa na TDT: *Do surgimento do DVB-T ao fracasso da PTDP*

No mesmo período em que se realizavam essas transformações no mercado português, começava na comunidade europeia as primeiras experiências com a TV Digital. Após a criação do DVB Group em 1993 e a criação do standard DVB-T, a primeira experiência efetiva com essa nova tecnologia se deu na Grã Bretanha em 1998, com a plataforma paga On Digital – que fracassou diante da não aceitação do mercado graças a problemas de sinal e altos custos. Um modelo parecido de TV Digital paga foi implementado em 1999 na vizinha Espanha, com a Quiero TV, que também fracassou em encontrar espaço no mercado após diversos problemas técnicos. (TURMO, 2011) A TDT só conseguiu emplacar nesses países após um modelo baseado em uma plataforma pública e aberta de televisão. Assim aconteceu no Reino Unido em 2002 com o Freeview, uma plataforma gratuita que oferecia 28 canais em um consórcio liderado pela BBC. Na Espanha, foi implementada em 2004 uma nova tentativa de difundir a TDT no país, popularizando a tecnologia através do incentivo a abertura canais locais – dadas as características do mercado regionalista do país.

Mesmo com os exemplos de fracassos vizinhos, a primeira tentativa de Portugal ingressar na tecnologia digital foi num modelo pensado para a TDT paga, com a PTDP – Plataforma de Televisão Digital Portuguesa. Com a concessão garantida em 17 de Agosto de 2001, a sociedade era integrada pelos grupos SGC (80%), SIC (10%) e a RTP (10%); ganhando a disputa diante da Oni Plataformas, criada de um consórcio entre a ONI e o grupo Media Capital. A licença expedida para um período de 15 anos, previa o início da nova plataforma de televisão digital terrestre para 31 de Agosto de 2002. Também surgia a definição dos calendários para estabelecimento da cobertura de sinal. (TURMO, 2006)

Tabela 1 – Metas de Cobertura da PTDP

Período	Superfície	População
1º ano	60%	86%
2º ano	90%	95,5%
3º ano	95%	99,2%



Em maio de 2002 a ANACOM recebeu um pedido para a ampliação do prazo para o início das transmissões da plataforma, estendido para 1 de Março de 2003. No entanto, em 25 de Março de 2003 “por despacho 6973/2003 del ministro de Economía, se revocó la licencia concedida a PTDP, argumentando que no existían las condiciones mínimas necesarias para ejecutar la concesión ni un plazo razonable para que se cumplieran.” (TURMO, 2006) Para Faustino (2006) as dificuldades econômicas e comerciais encontradas pelo operador desestruturaram a possibilidade do estabelecimento de um projeto rentável. Já para TURMO (2006) “la decisión se ha debido, en gran parte, al factor de vivir un período de recesión económica en Portugal y en Europa, lo que conlleva a ser más difícil desarrollar un modelo de negocio rentable para esa nueva plataforma televisiva.”. Em todo, a derrocada da PTDP antes mesmo do início de suas atividades antecipou a falência de um modelo já concebido de maneira equivocada, “ao observarmos o fracasso da TDT em Espanha e Reino Unido naquela época, percebemos que, se o projecto tivesse avançado em Portugal, provavelmente também passaria pelas mesmas dificuldades.” (DENICOLI; SOUSA, 2008)

La situación vivida en Portugal por el fracaso de la Plataforma de Televisão Digital Portuguesa, S.A. (PTDP) tiene algunos puntos en común com los dos ejemplos que hemos visto en España y en Gran Bretaña, esencialmente la falta de viabilidad económica del proyecto, pero le diferencia de las dos anteriores básicamente en un aspecto: la plataforma lusa no llegó ni a comenzar sus emisiones, sino que sus impulsores decidieron devolver la licencia al Gobierno al entender que en ese momento el mercado portugués no podía absorber otra oferta como la que proponía la Plataforma de Televisão Digital Portuguesa. (TURMO, 2011)

A busca por um novo modelo: o processo decisório e a regulação da Portugal Telecom

O fracasso da primeira tentativa de implementar a tecnologia de TV Digital no país não só atrasou a data de migração prevista para 2007, enterrada junto com a PTDT, como colocou em dúvida o modelo de TDT a ser aplicado no país. Depois da revogação da licença em Março de 2003, ficou a cargo da ANACOM gerenciar uma nova proposta para o desenvolvimento da tecnologia no país, promovendo debates em 2004 com os atores do mercado - sem que hajam surgido grandes resultados desses encontros. Mas eis que no ano seguinte a Comissão Europeia adota a comunicação "Acelerar a transição da radiodifusão analógica para a digital", na qual são fixados os objetivos da política



comunitária neste âmbito e é proposto o ano de 2012 como prazo limite para o encerramento (switch-off) das emissões analógicas em todos os Estados-Membros.

A pressão desta decisão europeia, no entanto, só pode ser considerada após o processo de discussões parlamentares que levaram a uma nova Lei da Televisão⁷, iniciada em novembro de 2006 e publicada em Julho de 2007. A nova lei regula a atividade de televisão e seu exercício. Sendo assim, apenas em agosto de 2007 que se iniciaram as consultas públicas que culminaram em fevereiro de 2008 em dois concursos públicos no âmbito da introdução da TDT em Portugal: “O primeiro vai distribuir canais que irão operar gratuitamente e o segundo vai atribuir licenças para a TDT paga.” (DENICOLI; SOUSA, 2008). Em outubro foram homologadas as propostas e em Dezembro de 2008 a PT Comunicações conquistou o direito de utilização das frequências gratuitas (Multiplexer A), sendo que em Junho de 2009 conquistara também o direito pelas frequências pagas (Multiplexes B-F). (Anacom, 2009) No entanto, em janeiro de 2010, antes mesmo de se iniciarem políticas de implementação da TDT paga, a PT pediu a revogação da licença para a operação de canais pagos, argumentando que houvera uma mudança do mercado desde que os concursos públicos foram lançados – o negócio, segundo a PT, não seria economicamente viável. O argumento não foi o suficiente para convencer a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sob justificativa que essa modalidade seria um componente essencial para o desenvolvimento da TDT no país. No entanto, segundo a Lei da Televisão aprovada em 2007, a decisão final ficaria a cargo da Anacom. (ADOPT-DTV, 2011)

Despite an opposing decision from the ERC, Anacom accepted the withdrawal of PT. To support its decision Anacom argued that the procedures did not prejudice the public interest (2010). One of the justifications of Anacom was that the Portuguese TV market already had competition in pay-TV platforms. In its deliberation, the Telecommunications National Authority said that even PT had pay-TV services: ‘currently PT already has different technologies to provide the pay-TV service, with the possibility of reaching any part of the national territory’ (Anacom 2010: 24). The arguments of Anacom were contrary to what was established by itself in the public tender for DTT two years before. (DENICOLI; SOUSA, 2012)

Uma consideração interessante, exposta também por Pais do Amaral⁸ (TekSapo, 2011)⁹ é o fato da PT, além de deter a concessão sobre a frequências da TDT, possuir

⁷ Disponível em: <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=958757>

⁸ Acionista do grupo TVI, tendo comprado 10% das ações do Media Capital no início de 2011.



um sistema de TV paga chamado MEO que possui 29,9% do mercado de TV por subscrição no país. “existe um total conflito de interesses em entregar a Televisão Digital Terrestre a uma empresa que é a última interessada em garantir conteúdos interessantes no serviço, porque tem uma plataforma concorrente, que é o Meo”. Ter como entidade reguladora uma empresa que não tem interesse em fazer da TDT uma concorrente da TV a cabo é uma das contradições do processo português, que só pode ser compreendido, no entanto, se analisado o mercado de alta penetração da TV a cabo no país.

O mercado televisivo português: a alta penetração do cabo e a concorrência com a TDT

A implementação da televisão digital terrestre em Portugal, surge em um momento em que o mercado de TV paga vem com crescimento desde 2008, possuindo um acumulado de 18,5% de aumento (Anacom 2011) em um período de 3 anos – apesar da crise econômica global e a consequente situação delicada da economia portuguesa. Isso é reflexo de um mercado dominado pela TV paga, e cujo crescimento se deu desde o processo de privatização das telecomunicações no início da década de 90 (SABÉS, 2006)

Segundo inquérito realizado pelo projeto Adopt-DTV(2011) da Universidade Lusófona, 61,7% da população possuem TV paga em casa. É importante analisar que no início do projeto o primeiro inquérito apontou que esse número era de 54,7%, ou seja, um crescimento de 7% no período de Novembro de 2010 a Setembro de 2011. Segundo relatório da Anacom (2011) Portugal possui 2,85 milhões de habitantes e um crescimento de quarenta e duas mil novas assinaturas em relação ao trimestre anterior e 197mil em relação ao ano anterior. Tais números mostram que a TV à cabo representa 50,2% dos assinantes de TV paga, sendo que 23,7% é representado pelo satélite e 19,4% por outras tecnologias. No que tange as operadoras do cabo, a liderança é representada pela ZON, com 56,7% dos assinantes, seguida pelo MEO, com 31,2% , Cabovisão com 9,2% e AR Telecom junto com a Vodafone com 0,8% do mercado. Tal cenário mostra um domínio basicamente formado pelo MEO da PT e a ZON, antiga TV Cabo, que surgiu da separação da PT Multimédia da PT.

⁹21º Congresso da APDC - PT é a última interessada no sucesso da TDT. TekSapo. 23/11/2011.
http://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/21_congresso_da_apdc_pt_e_a_ultima_interessad_1203043.html



A PT, necessita de incluir a televisão de forma sólida no seu portefólio para poder competir directamente com a Zon. Esta não é uma tarefa fácil para a PT, mas as recentes acções visando o crescimento exponencial da sua oferta de televisão (MEO), incluindo um renascimento da televisão por satélite devido às limitações actuais da rede PT, mais a aposta na gestão da televisão digital terrestre, mostra o quanto a empresa está enfocada em ganhar esta guerra. (PIRES, 2008)¹⁰.

Nessa disputa de mercado entre a ZON e a PT (com o MEO) os indicativos estão favoráveis ao MEO, que de acordo com um relatório da Anacom subiu de 24,9% da participação do mercado para 31,2% em detrimento da queda da ZON de 62,5% para 56,7% em um ano, continuando, no entanto, como líder de mercado. (CAVALEIRO, 2011)¹¹. A grande perdedora nisso tudo é, no entanto a TDT. Ela, que foi ao ar em 2009 com apenas 4 canais generalistas que já existiam na TV analógica, dificilmente vai conseguir competitividade diante de um mercado onde a sua própria operadora, Portugal Telecom, tem interesse em desenvolver a plataforma paga via cabo. É por isso, inclusive, que a própria estratégia de marketing da PT buscou instruir a população de que apenas dever migrar para a TDT aqueles que não possuem TV a cabo. Resta portanto uma fatia de mercado de 38% da população que não possuem tal TV por subscrição e cujas características são de serem mais propensos a possuírem idade elevada, com mais de 55 anos, baixos níveis de habilitação acadêmica e baixo status (D/E). (ADOPT-DTV, 2011). Tais dados evidenciam que a maior parcela do mercado é constituída de pessoas com maior dificuldade econômica e, portanto, dependeriam do subsídio para os aparelhos conversores. Tal subsídio se deu de maneira extremamente burocrática e mal planejada, considerando que grande parte do público alvo é constituída de idosos e pessoas de baixa escolaridade, impossibilitando inclusive o acesso a internet, onde a maior parte das informações poderia ser adquirida. O único meio de informação que essas pessoas sem acesso a internet era através de um telefone de contato, cujas informações eram incompletas e atendentes sem preparo para responder perguntas mais complexas, como evidencia Denicoli (2011):

Perguntei também sobre a cobertura por satélite em regiões onde o sinal não chega, conforme prevê o contrato de concessão assinado pela PT. Ela não me soube informar nada a respeito disto, mesmo após me deixar à espera enquanto contactava algum superior. Não me informou sequer

¹⁰ **Telecomunicações: a batalha pelo comando da televisão.** Negócios Online. 03/11/2008. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=339042

¹¹ **Meo ganha quota de mercado na televisão por subscrição com perdas da Zon e Cabovisão.** Negócios Online. 13/07/2011. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=495795



se seriam necessários aparelhos específicos, nem se há subsídios também para casos assim. Disse-me apenas que eu deveria ir até uma loja de aparelhos electrónicos e lá alguém talvez me poderia informar sobre o assunto. (DENICOLI, 2011)¹²

As falhas na campanha de preparação para o apagão analógico evidencia-se em mais dados do relatório Adopt-TVD(2011). Dentre as pessoas que não possuíam TV paga inquiridas em setembro de 2011 sobre o ano que acontecia o encerramento das transmissões analógicas, 62% responderam que não sabiam que o desligamento estava previsto para 2012. Outro dado relevante é que das pessoas sem TV paga, 43% afirmaram que a televisão não era compatível com a TDT e outras 41,5% não sabiam responder a informação – ou seja, apenas 14,6% da parcela da população que não possui TV paga estava pronta para o apagão analógico menos de cinco meses antes do seu início. Nesse momento 55,4% dos entrevistados sem TV paga não sabiam responder o que se tem que fazer para ter TDT em casa e 70,4% não sabia dizer se o local de sua residência tem ou não cobertura do sinal da TDT – sendo que 18,7% respondeu que a zona de sua moradia não possuía cobertura. Tais dados evidenciam por fim um trágico processo de instrução populacional a respeito da TDT, mostrando que a população – sobretudo o público alvo primário da TDT - pouco antes do início do encerramento do sinal analógico, estavam despreparados para o processo.

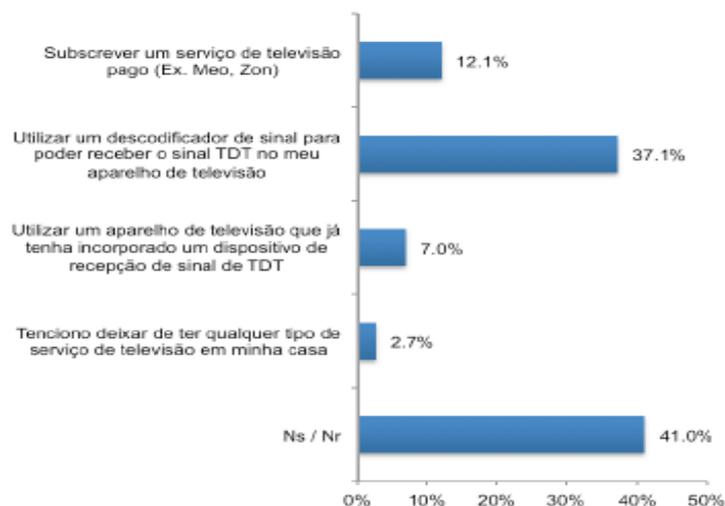
Nesse cenário de desinformação, as grandes beneficiadas são as operadoras de TV paga, inclusive a própria operadora da TDT, Portugal Telecom, que possui a plataforma de TV a cabo MEO. Aproveitando-se da situação, surgem inclusive diversas denúncias em relação a comerciais das operadoras de TV paga que usam da desinformação populacional para empurrar serviços pagos, como informa um dos exemplos de Denicoli(2011)¹³ “A nova campanha da ZON, que publicita um pacote que inclui os quatro canais generalistas e o serviço telefónico, é vergonhosa, contém erros sobre o switch-off (que só atingirá todo o país em Abril) e induz as pessoas a interpretarem de forma equivocada a TDT.” (DENICOLI, 2011).

¹² **A ineficaz campanha sobre a TDT portuguesa.** Blog TV Digital em Portugal. 11/03/2011. Disponível em: <http://tvdigital.wordpress.com/2011/03/11/a-ineficaz-campanha-sobre-a-tdt-portuguesa/>

¹³ **A publicidade da ZON.** Blog TV Digital em Portugal. 28/11/2011. Disponível em: <http://tvdigital.wordpress.com/2011/11/28/a-publicidade-da-zon/>

Fonte: (PAISANA, 2011)

Figura 2: "O que pretende fazer tendo em conta o switch-off?, em Portugal, em 2011 (Dados preliminares)



Fonte: Inquérito A sociedade em Rede 2011, OberCom (n=451, aqueles que possuem sinal analógico de televisão)

Conclusão

Analisar o processo de implementação da TDT em Portugal ensina, sobretudo, diversos erros que remontam todo o processo decisório no país desde a primeira tentativa – na derrocada da PTDT – até o modelo atual, baseado na gestão de uma operadora (Portugal Telecom) com intenções dúbias em relação a tecnologia e, assim, com consequentes falhas no modelo de implementação que punem a população com um sistema falho com pouco esclarecimento. A academia, por sua vez, demonstra profundo interesse em sanar tais dificuldades, expondo os erros apontados e propondo mudanças no sistema implementado.

O movimento da academia de críticas e busca por soluções, evidenciam inclusive um processo da própria sociedade portuguesa de indignação em relação aos erros apontados. Segundo o blog TDT em Portugal¹⁴, mais de 1500 portugueses participaram de uma petição pública pela ampliação dos canais abertos (atualmente 4) com a inclusão da RTP Memória e RTP-N. Outros movimentos, como evidencia Denicoli (2011), acontecem na internet: “Há um intenso movimento nas redes sociais, na blogosfera, no YouTube e nos fóruns online, que tem reivindicado mudanças no modelo de TDT adotado em Portugal.”

¹⁴ **Trapalhada Digital Terrestre (actual.)** Blog TDT em Portugal. 31/12/2011. Acesso 20/03/2012



Diante de repercussões negativas e estudos que apontam falhas estratégicas, a TDT em Portugal figura como defasada e sem a capacidade de concorrer com verdadeiramente com outras plataformas de TV, como o cabo. Uma das principais soluções, apontadas pelo estudo ADOPT-DTV, cita o especialista em políticas públicas relacionadas ao switch-off do Reino Unido, Michael Starks: “Se a TV digital fosse atrativa para os consumidores, a maioria deles iria gastar o seu próprio dinheiro voluntariamente” (STARKS, 2007).

Portanto, cabe concluir que a TDT em Portugal só vai evoluir e se difundir de fato quando ela passar a ser realmente atrativa para a população, em uma política que pare de beneficiar o cabo e forneça não só mais canais para o público, como também promover campanhas mais esclarecedoras em relação à tecnologia.

Referências

- ANACOM ‘*Digital Terrestrial Television (DTT), Consultation Document*’. 2007. **Anacom.pt**, Disponível em: <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=962856>. Acessado 20 Março 2012
- DENICOLI, S.; SOUSA, H. The implementation of DTT in Portugal: A case of publicprivate interplay. **International Journal of Digital Television**, v. 3, n. 1, p. 39–52, 2012.
- DENICOLI, SERGIO; SOUSA, HELENA. Os bastidores da TV digital terrestre em Portugal: actores políticos e económicos. **Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da SOPCOM**, v. 0, n. 0, p. 680–700, 10 maio 2008.
- DENICOLI, S.; SOUSA, H. Consultas públicas nos concursos da TV digital terrestre: democratização ou protocolo? 2009.
- DENICOLI, S.; SOUSA, H. Portugal e o mapa da TV digital terrestre na Europa. 2009.
- FAUSTINO, P. **O alargamento da União Europeia e os media: impactos no sector e nas identidades locais**. [S.l.]: Media XXI-Formalpress, 2006.
- TUMO, FERNANDO La indefinición de la TDT en Portugal tras el fracaso de la Plataforma de Televisao Digital Terrestre. **Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura**, n. 33, p. 107–118, 2006.
- QUICO, Célia; DAMÁSIO, Manuel J. **ADOPT_DTV: Barreiras à adopção da televisão digital no contexto da transição da televisão analógica para o digital em**



Portugal. *Portugal.* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2010. 16 págs.

PAISANA, M. **A Televisão Digital Terrestre em Portugal - Caracterização do Acesso.** , A Sociedade em Rede em Portugal 2010. Portugal: OberCom - Observatório da Comunicação. Disponível em: <<http://www.obercom.pt/content/771.mp3>>. , 2011

SABÉS TURMO, F. El fracaso de las plataformas de televisión digital terrestre en España, Gran Bretaña y Portugal. La indefinición del sector en el país luso. **Zer - Revista de Estudios de Comunicación**, v. 11, n. 21, 2 nov 2011.

SERAFINI, D. Central American Television Touched By An Angel. **The Business Journal of Film, TV Broadcasting, Production, Distribution**, [S.d.].

SOUSA, HELENA; SILVA, E. C. E. Os caminhos incertos da convergência : o caso da Portugal Telecom. 2003.



Anexos

Tabelamento de Bibliografias:

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
0	0	0	1	0	1	1	2	2	3	4	8	5	7	4	5	12

Nome	Autor/Organizador	Ano	Natureza
1 The implementation of DTT in Portugal: A case of public-private interplay	Denicoli, Sergio e Sousa, Helena	2012	Periódico
2 2010/2011: O ano das transferências nos cargos de relevo da TV portuguesa	Lopes, Felisbela; Denicoli Sergio e Neto, Ivo	2011	Periódico
3 ADOPT-DTV: Entrevista com stakeholders	Serqueira, Quico, Veríssimo	2011	Relatório
4 ADOPT-DTV: Estudo de Usabilidade	Quico, Damásio, Henriques e Verríssimo	2011	Relatório
5 ADOPT-DTV: Estudo Etnográfico	Quico, Henriques e Verríssimo	2011	Relatório
6 ADOPT-DTV: Inquérito Quantitativo	Henriques e Quico	2011	Relatório
7 ADOPT-DTV: Relatório Final	Quico, Damásio, Henriques e Verríssimo	2011	Relatório
8 Cronologias daquilo que se passou na TV portuguesa entre Setembro de 2010 e Agosto de 2011	Lopes, Felisbela; Denicoli Sergio e Neto, Ivo	2011	Periódico
9 Incentivos e Barreiras à Adopção da Televisão Digital Terrestre em Portugal	Quico, Damásio, Henriques e Verríssimo	2011	Anais
10 Meios Auxiliares de Comunicação para Televisão: Perspectivas Futuras em Portugal	Oliveira, Sillva, Almeida e Abreu	2011	Anais
11 Perfis de adopters de TV digital no contexto do processo de transição da televisão analógica terrestre para a televisão digital	Quico, Damásio, Henriques e Verríssimo	2011	Anais
12 TDT - Caracterização do acesso e percepções sobre termos tecnológicos associados à TDT	Paisana Miguel	2011	Relatório
13 TV digital: Sistemas, conceitos e Tecnologias	Denicoli, Sergio	2011	Livro
14 "Geração net!": representações dos jovens sobre televisão e Internet	Montenegro, Maria Margarida Batista	2010	Mestrado
15 A televisão na era digital: qual o modelo mais adequado para o serviço público de televisão na plataforma internet?	Miranda, Mário Rui Barroso	2010	Mestrado
16 ADOPT_DTV:A Transição para a Televisão Digital Terrestre na Europa	Araújo, Vera	2010	Relatório
17 Análise da performance financeira por segmentos para a nova era da indústria de televisão	Fonseca, Nuno Miguel Machado da	2010	Mestrado
18 Plano de negócio m.ID.ia	Lourago, André Carlos Midões	2010	Mestrado
19 ADOPT_DTV: Barreiras à adopção da televisão digital no contexto da transição da televisão analógica para o digital em Portugal	Quico, Célia e Damásio, Manuel José	2009	Periódico
20 Consultas públicas nos concursos da TV digital terrestre: democratização ou protocolo?	Denicoli, Sergio e Sousa, Helena	2009	Periódico
21 Estratégias de produção de motion graphics para mobile TV : o contexto português	Pereira, Leonardo Filipe Ferreira	2009	Mestrado
22 Portugal e o mapa da TV Digital terrestre na Europa	Denicoli, Sergio e Sousa, Helena	2009	Periódico
23 A terceira era da televisão	Borga, Cesário	2008	Mestrado
24 A TV na web: Uma análise sob a perspectiva da economia política da comunicação nos sites de transmissão de TV digital	Bittencourt, Maira Carneiro	2008	Periódico
25 La TDT en España y Portugal	Campos, Francisco e Garcia, Francisco	2008	Anais
26 Perspectivas de Implementação da Televisão Digital em Portugal - Caracterização do Acesso TV 2008	Araújo, Cardoso, Espanha	2008	Relatório
27 Perspectivas de Implementação da Televisão Digital em Portugal - Conhecimento e Compreensão	Araújo, Cardoso, Espanha	2008	Relatório
28 Perspectivas de Implementação da Televisão Digital em Portugal - Novas tecnologias, novos consumos?	Araújo, Cardoso, Espanha	2008	Relatório
29 Perspectivas de Implementação da Televisão Digital em Portugal - Representações e Expectativas em relação à tvd	Araújo, Cardoso, Espanha	2008	Relatório
30 2006 : o ano da renovação administrativa das licenças da SIC e da TVI	Lopes, Felisbela	2007	Periódico
31 Contributos para uma análise da implementação da TDT em Portugal	Cardoso, Santos, Espanha	2007	Relatório
32 Design de serviços e interfaces num contexto de televisão interactiva	Abreu, Jorge Trinidad Ferraz de	2007	Doutorado
33 IPTV: Será a Solução para a Difusão de iTV?	Pato, Luis Miguel da Cruz	2007	Periódico
34 Os bastidores da TV digital terrestre em Portugal: actores políticos e económicos	Denicoli, Sergio e Sousa, Helena	2007	Anais
35 A Televisão Light Rumo ao Digital	Cádima, Francisco Rui	2006	Livro
36 El fracaso de las plataformas de televisión digital terrestre en España, Gran Bretaña y Portugal. La indefinición del sector en el país luso	Turmo, Fernando	2006	Periódico
37 La indefinición de la TDT en Portugal tras el fracaso de la Plataforma de Televisão Digital Terrestre	Sabés, Fernando	2006	Periódico
38 O ano da renovação administrativa das licenças da SIC e da TVI	Lopes, Felisbela	2006	Periódico
39 Política para os media em Portugal em 2006: surpresa e previsibilidade	Sousa, Helena	2006	Periódico
40 Políticas da comunicação no novo milénio : crises, impasses e fracturas	Sousa, Helena	2006	Capítulo de Livro
41 A Migração da Publicidade para o Digital: Novas formas de anunciar	Pimentel, F	2006	Periódico
42 O alargamento da União Europeia e os media: impactos no sector e nas identidades locais	Faustino, Paulo	2006	Livro
43 "Acessibilidade e Televisão Digital e Interactiva: o caso particular do serviço de Áudio-Descrição destinado a pessoas invisuais	Quico, Célia	2005	Periódico
44 Economia e Políticas da Comunicação	Sousa, Helena e Braumann, Pedro	2005	Anais
45 Tendências e Contradições no Sistema Televisivo:Da Televisão Interactiva à Televisão em Rede	Cardoso, Santos	2005	Periódico
46 O segundo fôlego da TDT	Cádima, Francisco Rui	2005	Periódico
47 Desafios da Televisão Digital: da TDT à ITV	Cádima, Francisco Rui	2004	Periódico
48 Televisão Digital e Interactiva: a modelação social como variável na avaliação de usabilidade	Quico, Damásio	2004	Periódico
49 Televisão Digital e Interactiva: o desafio de adequar a oferta às necessidades e preferências dos utilizadores	Quico, Célia	2004	Anais
50 Are communication services the killer applications for Interactive TV?	Quico, Célia	2003	Anais
51 Os caminhos incertos da convergência : o caso da Portugal Telecom	Sousa, Helena e Silva, Elsa Costa	2003	Periódico
52 Análise de interfaces na televisão digital interactiva	Peres, Marlene de Oliveira	2002	Mestrado
53 Media policy network in Portugal : a case study approach	Sousa, Helena e Marinho, Sandra	2002	Anais
54 "It came from outer space": jogos de computador invadem programação e serviços de televisão digital	Quico, Célia	2001	Periódico
55 A televisão digital (DVB-T) e as políticas do audiovisual no contexto da SI	Quico, Célia	2000	Periódico
56 Televisão Interactiva – A Convergência dos Media	Correia, Carlos	1998	Livro